

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS,
EM ATENDIMENTO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL,
REFERENTE À EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2025,
REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO 2026**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no plenário da Câmara Municipal de Santo André, às onze horas e doze minutos, reuniram-se o vereador Evilasio Santana Santos (Bahia), que presidirá esta Audiência; os Vereadores Fábio dos Santos Lopes (Dr. Fábio Lopes), Daniel Buissa Perfi Gomes (Daniel Buissa) e Edilson Elias dos Santos (Edilson Santos); a Secretária Adjunta de Administração e Finanças, Sra. Valéria Romera Marcelino; a Diretora do Departamento Econômico-Financeiro da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Santo André Santo André, Sra. Aparecida Roseane Pereira Zabisky; a Gerente de Contabilidade da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Santo André Santo André, Sra. Roberta Adão, para realização de Audiência Pública de Prestação de Contas, referente ao 3º Quadrimestre de 2025, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/00), para acompanhamento das metas fiscais fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A Audiência é transmitida ao vivo pelo canal TV Câmara Santo André do Youtube e as perguntas do público podem ser direcionadas à Mesa no decorrer do evento pelo e-mail eventos@cmsandre.sp.gov.br. O Presidente Evilasio Santana Santos (Bahia) assume a Presidência da presente Audiência Pública, agradece a presença dos funcionários da Prefeitura, bem como dos vereadores Fábio dos Santos Lopes (Dr. Fábio Lopes) e Edilson Elias dos Santos (Edilson Santos) e em seguida passa a palavra para a Sra. Aparecida Roseane Pereira Zabisky. Sra. Aparecida Roseane Pereira Zabisky – Bom dia a todos. Quero desde já agradecer a esta Casa de Leis pela cessão do espaço mais uma vez para que a Secretaria de Administração e Finanças faça a apresentação das contas públicas relativas ao terceiro quadrimestre de 2025 em cumprimento ao artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa audiência pública de prestação de contas, ela remete aos dados, à execução orçamentária e financeira do exercício passado, 2025. Todos os dados aqui que nós vamos apresentar nesse momento são dados compilados, ou seja, resumidos, daquilo que já foi enviado à Secretaria de Tesouro Nacional, pode ser consultado através do sistema Siconfi ou no portal de transparência do município. Nós vamos apresentar aqui o resumo de dois relatórios previstos na lei, que é o relatório resumido da execução financeira e o relatório de gestão fiscal. Aqui a gente coloca o endereço do portal da transparência, onde todos os dados estarão disponibilizados para consulta dos interessados: <https://web.santoandre.sp.gov.br/contas-publicas> - LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, vocês encontrarão todos os dados aqui falados, que a gente vai tentar passar para vocês, de uma forma analítica, e eles



também estarão no portal da transparência e na própria Secretaria de Tesouro Nacional. Em seguida faz apresentação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Receitas; Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Total Receitas; Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Arrecadação de Impostos Municipais; Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Despesas; Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Despesas por categoria; Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Comparativo Receitas x Despesas; Relatório Resumido da Execução Orçamentária por Órgão; Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Resultado Primário; Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Resultado nominal; Relatório de Gestão Fiscal – Despesa de Pessoal; Relatório de Gestão Fiscal – Operações de Crédito; Relatório de Gestão Fiscal – Limites; Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Educação; Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Saúde. Após explanação, a Sra. Aparecida Roseane Pereira Zabisky coloca-se à disposição para questionamentos acerca do que foi apresentado e caso tenha alguma pergunta que não tenham a resposta no momento informa que a Secretaria de Administração e Finanças fica aberta a qualquer questionamento através do seu e-mail: gestaofinanceira@santoandre.sp.gov.br. Em seguida o presidente Evilasio Santana Santos (Bahia) registra a presença do Vereador Daniel Buissa Perfi Gomes (Daniel Buissa) e abre a palavra para os Vereadores e em seguida para o público que porventura tenha algum questionamento. Vereador Fábio dos Santos Lopes (Dr. Fábio Lopes) – Bom dia a todos. Apenas uma dúvida que ficou com relação aos restos a pagar. Não sei se eu não ouvi ou se não foi dito o número, porque teve a questão do superávit de 59,720, 55578. Gostaria apenas se vocês têm acesso ao número do que ficou de restos a pagar de 25 para 26. Sra. Aparecida Roseane Pereira Zabisky – Aqui, no momento, eu não tenho esse valor. A gente tem uma ideia, até porque a gente lida diretamente com isso, mais ou menos em 360 milhões ao todo de resta a pagar transferido. Então, dessa despesa empenhada, tem a despesa que foi liquidada e a despesa paga. Então, se a gente tirar a despesa empenhada da paga, a gente tem exatamente o que vem de resta a pagar para o exercício de 26, que vai ter que ser cumprido agora nesse exercício. Mais ou menos isso. Eu não tenho o número preciso, mas se o senhor quiser fazer o requerimento, nós temos como conta. Vereador Fábio dos Santos Lopes (Dr. Fábio Lopes) – Já é o suficiente. Obrigado. Vereador Daniel Buissa Perfi Gomes (Daniel Buissa) – Obrigado pela apresentação, antes de mais nada. Eu tenho uma dúvida sobre o resultado fiscal, que o resultado nominal calculado acima da linha, ele é positivo, mais 130,6 milhões. Mais o abaixo da linha negativo, menos 49,6 milhões, é isso? Sra. Aparecida Roseane Pereira Zabisky – São dois resultados distintos. O primeiro, que é o resultado acima da linha que a gente coloca, ele é uma comparação entre a receita arrecadada do município, a receita corrente líquida e a despesa. Isso a gente tem um resultado positivo, 139 milhões. Quando a gente fala o abaixo da linha, ele trata exclusivamente do endividamento, ele não tem a ver com o percentual primeiro. É só comparando a dívida que nós fechamos, o endividamento que a gente tinha em 2024 e o endividamento que a gente teve em 2025. Ele aumentou em 49 milhões. Por quê? Porque houveram aqui mais inscrições de precatórios e nós tivemos



também parcelamentos da dívida que eles compõem a dívida pública da União. Então aumentou o parcelamento, aumentou a inscrição em dívida pública em relação a R\$ 24,49 milhões. Não só a inscrição, mas aqui é considerado também o pagamento, tudo aquilo que foi pago amortizado e mais que foi inscrito a gente chega nesse montante de R\$ 49 milhões. Vereador Daniel Buissa Perfi Gomes (Daniel Buissa) – Na audiência que fizemos em setembro em relação a quadrimestrais, eu te fiz uma pergunta relacionada à questão da dívida dos precatórios, a gente vê aqui que tem 1,082 bi de dívida de precatório. A gente vê também aqui uma queda de 27% na disponibilidade de caixa, a gente vê o endividamento crescendo. Então tem uma preocupação da Casa como fiscalizadores, principalmente dessa questão orçamentária da Prefeitura, um plano para que a Prefeitura consiga dar conta não só dos custos que ela tem dos custos recorrentes que ela tem, como também para conseguir fazer mais investimentos, que a gente nota também que há uma baixa execução dos investimentos propostos no orçamento. Quero saber da Secretaria qual é o plano para a gente conseguir equilibrar essas questões de dívidas e baixos custos de investimentos, sem que a gente tenha que transferir para o contribuinte com aumento de impostos e sim ali com um plano para redução de gastos, tem um plano para redução de custos para que a gente consiga ter uma saúde financeira, para a gente conseguir ter um município saudável financeiramente. Sra. Aparecida Roseane Pereira Zabisky – Daniel, essa questão ela não envolve exatamente a nossa representação aqui, esse é um plano de Governo que precisaria ser discutido. O que eu posso dizer para você é que a PEC66, que ela tornou-se com a Emenda Constitucional 136, ela melhorou muito, para o município ela foi positiva, porque diminuiu-se o valor financeiro empregado para pagamento de precatórios, que sabe que era um valor que para a Prefeitura é muito pesado. Vereador Daniel Buissa Perfi Gomes (Daniel Buissa) – Aliviou bem. Sra. Aparecida Roseane Pereira Zabisky – Aliviou, isso é fato, mas claro que não resolve os problemas, isso é notório. E também o que acontece? Para efeitos do DEF, que é o órgão que nós respondemos aqui, que é o caixa, a gente está tentando manter um caixa saudável, mas sempre preocupados com as dívidas que são diluídas aí ao longo dos exercícios. Só para você ter uma ideia, a dívida previdenciária, que é uma preocupação nossa, conseguimos o parcelamento dela em 360 meses. Para o caixa do Tesouro, isso alivia demais, até para o cumprimento dos investimentos e para a gente tentar a Capag também, que a Capag você sabe que é o índice de endividamento que a gente ainda não conseguiu. Isso vai aliviar, mas ela não é de imediato, isso é no decorrer dos exercícios. Então, existe, lógico, a preocupação do Governo nesse sentido, mas eu, particularmente, a nossa Secretaria e o nosso Departamento não tem acesso a esse plano. Ele deve existir, claro, com certeza, mas, infelizmente eu não tenho essa informação do plano. O que eu posso dizer é que o Caixa está bem. Vereador Edilson Elias dos Santos (Edilson Santos) – Bom dia a todos. Agradecemos a presença do pessoal da Secretaria de Finanças, em nome da Valeria, cumprimentar as mulheres que se representam na Secretaria. Ainda falando, adentrando no assunto sobre o endividamento, a questão desse percentual que ficou no passivo de 360 milhões. Sra. Aparecida Roseane Pereira Zabisky – Isso, restos a pagar. Vereador Edilson Elias dos Santos (Edilson



Santos) – Restos a pagar. A definição do valor total envolve essa distribuição da dívida consolidada aqui. Dá para a gente ter noção por secretaria o que ficou desse passivo? Até para eu compreender melhor. Sra. Aparecida Roseane Pereira Zabisky – O restos a pagar não entra na dívida consolidada. A dívida consolidada é um passivo não circulante, ou seja, eles estão inscritos e a cada exercício a gente tem o orçamento que vai definir o pagamento desta dívida. Quando a gente fala em restos a pagar, ela é uma dívida do nosso passivo circulante, ou seja, ela foi executada no exercício passado, ela não conseguiu, até por questões de não cumprir a obrigação, não ter tempo hábil para cumprimento da obrigação, ela continua lá empenhada para que, no exercício de 25 ela seja liquidada e paga. Então, ela é diferente, o restos a pagar, ela envolve diretamente a disponibilidade financeira de caixa, enquanto a dívida consolidada é um passivo para ao longo do período. É possível, sim, saber por órgão quanto foi de restos a pagar, só não tenho dado aqui. Vereador Edilson Elias dos Santos (Edilson Santos) – Aqui no relatório nós não temos. Sra. Aparecida Roseane Pereira Zabisky – Aqui não, porque ele não é tratado analiticamente dentro do que é proposto nesta apresentação, mas feito um requerimento à Secretaria de Gestão Financeira, a gente pode colocar, sim, esses relatórios resta pagados. Vereador Edilson Elias dos Santos (Edilson Santos) – Requerimento protocolado na Câmara? Sra. Aparecida Roseane Pereira Zabisky – Isso. A gente pode definir e apresentar os relatórios por órgão, tanto dos órgãos da Prefeitura quanto dos demais órgãos também de tudo aquilo que veio como resta pagar de 25. Vereador Edilson Elias dos Santos (Edilson Santos) – E essa pendência do ano de 2025, ela é diluída nesses quatro anos? Sra. Aparecida Roseane Pereira Zabisky – Não, restos a pagar... Vereador Edilson Elias dos Santos (Edilson Santos) – Tem que ser efetivado ainda esse ano de 2026. Sra. Aparecida Roseane Pereira Zabisky – O que não for pago até 31 de 12, é claro que apresentadas as justificativas, ele é estornado e, dependendo do caso, ele pode passar para o passivo não circulante. Mas, em geral, as dívidas são pagas até o final do exercício de 26. Vereador Edilson Elias dos Santos (Edilson Santos) – Esclarecido. Muito obrigado. Presidente Evilasio Santana Santos (Bahia) – O público gostaria de se manifestar? Sr. Wellington – Bom dia, obrigado pela apresentação. Eu sou munícipe aqui de Santo André. Eu tenho duas perguntas e a terceira é só uma sugestão para, talvez, melhorar um pouquinho a transparência. A primeira pergunta é referente à contrapartida que foi feita no final do ano passado, no Natal Solidário de Santo André. Eu tentei, por algumas vezes, em contato inclusive com a Prefeitura, via lei de acesso à informação, solicitar efetivamente o acesso ao edital que foi feito, aos resultados que foram feitos das empresas que foram contratadas. Inclusive, eu tive resposta de algumas de que as informações estavam no portal de licitações da Prefeitura, mas o portal não estava funcionando efetivamente o local em que fica o edital do Natal Solidário. Então, isso já está fora do ar há pelo menos três meses. E eu digo isso, porque eu acesso toda semana, porque é um assunto que me interessa, eu gostaria de entender tudo o que foi feito dentro da contrapartida ali, até como município fiscal, que eu gosto de verificar se está tudo certo. Então, eu gostaria de saber algumas coisas nesse sentido. Primeiro, quais foram os itens que estavam dentro da contrapartida, como eu não consigo ver.



Provavelmente vocês não conseguem colocar agora, mas, se puder, por favor, disponibilizar isso lá no site das licitações, acho que já ajuda. Segundo, quais foram as empresas que concorreram. Eu vi que a que venceu isso saiu no Diário Oficial, saiu no Diário da UNEDBC, eu consegui enxergar, foi a mesma dos últimos anos, mas gostaria de verificar se houveram outras empresas que também participaram ali da concorrência. E o terceiro, é recomendar que estejam lá as informações, porque já são alguns meses que estão ali para a gente não ter nenhum tipo de problema com o Ministério Público ou esse tipo de coisa. Então essa é a primeira questão quanto a essas questões do Natal Solidário. A segunda é referente a um item que também tem a ver com a prestação de contas. No ano passado, a Câmara aqui, e os Srs. Vereadores estão aqui para comprovar isso, foi aprovado um empréstimo de R\$ 200 milhões junto ao Banco do Brasil, que pelo que me consta, ele não caiu no caixa da Prefeitura. Tanto que ontem, na terça-feira, foi necessário aprovar outros dois empréstimos com os outros dois bancos. Eu gostaria de saber se o Banco do Brasil deu uma justificativa para não aprovação do empréstimo e se isso é público, porque eu acho que é interessante a gente saber, dado que outros dois empréstimos acabaram de ser aprovados via lei aqui também. E a terceira, que na verdade é uma sugestão, é referente justamente a esse sítio eletrônico que vocês colocam de contas públicas. Só algumas anotações que eu fui fazendo referente ao site. A primeira é que, na parte de acompanhamento de programas que tem lá, os dados não estão atualizados desde 2023, então as últimas informações são de 2022, estou de 2023 para frente não tem atualização. Eu acho que é legal, o modelo que tem ali é bem legal para a gente ir acompanhando. A segunda coisa, na parte de prestação de contas, que lá está indicado como projeto Lei Aldir Blanc, também está fora do ar, então não funciona, a gente não consegue fazer esse acompanhamento da prestação de contas nesse sentido. E a parte de recibos também, de prestação de contas, que tem lá dentro desse mesmo sítio, não tem atualização desde 2019, então é interessante, provavelmente vocês tem isso tudo, mas eu acho que é legal manter ali a atualização. E eu acho que são essas duas perguntas e só mais essas outras sugestões para melhorar a transparência mesmo das contas do município. Não tenho dúvida que está tudo certo, mas é só para esclarecer. Sra. Aparecida Roseane Pereira Zabisky – Wellington, eu vou frustrar um pouquinho as suas perguntas, porque você sabe que a Prefeitura é composta de equipes. Essa equipe que está aqui cuida das contas públicas sim, mas no todo, ou seja, na execução financeira e orçamentária da Prefeitura. Quando você fala do Natal solidário, eu não tenho informações de licitação. Nossa Secretaria não tem isso. Você teria aí que fazer essa consulta, talvez por meio eletrônico, para a área, para a própria unidade que trata de licitações. Com certeza eles poderiam explicar mais um pouco, porque eu não tenho essa informação. Infelizmente, nossa equipe não tem essa informação detalhada da forma que você quer. Em relação ao site da Prefeitura também, essa questão que você tanto falou, ela é mais orçamentária, que essa equipe também não vai saber te responder. Eu gostaria muito que você fizesse questionamento, talvez através da LAI, para ser direcionada à área competente. Agora, quanto à segunda pergunta sobre os empréstimos, essa é uma questão aqui da nossa Secretaria. Quando você fala em autorização para os empréstimos, a lei que



autoriza, ela não necessariamente o recurso já virá. Não é assim que funciona. O que a gente tem a princípio e obrigatoriamente é a autorização legislativa para que isso ocorra no decorrer dos períodos. Só que para a gente chegar nisso é todo um processo junto ao Banco do Brasil, junto à própria Secretaria do Tesouro Nacional, ela precisa aprovar esse dispêndio de valores do Banco do Brasil para o município. E isso incorre em uma série de documentações e comprovações que a gente precisa apresentar, inclusive esse fechamento aqui que nós temos hoje, que foi apresentado. Não sei se você percebeu da operação de crédito, que nós estamos dentro do índice permitido, a questão do endividamento, tudo isso. É um processo demorado. Nós estamos na expectativa de conclusão e a aceitação da STN, permissão de deferimento, assim que a STN analisar todos os dados da execução de 2025, ela vai aprovar esses financiamentos e o Banco do Brasil, aí sim, será assinado um contrato e o Banco do Brasil vai colocar essa conta no município. Talvez na próxima apresentação, no próximo quadrimestre, ela já seja inclusa, mas não é um processo tão simples, não é só a autorização da Câmara que já permite isso, é todo um processo. Não sei se eu respondi as suas questões. Sr. Wellington – Só para esclarecer essa última questão. Então, o empréstimo de 200 milhões que foi feito, que foi feita a autorização, ele ainda não foi disponibilizado exatamente porque precisaria finalizar essas questões orçamentárias de 25 para que ele fosse possível. Então, e aí eu já não sei se tem a ver, o que foi aprovado nessa semana é uma complementação necessária para que este valor seja depositado ou é outro empréstimo adicional que vai entrar também no caixa e toda essa documentação vai precisar ser analisada? Sra. Aparecida Roseane Pereira Zabisky – É o mesmo empréstimo, é a mesma autorização lá de junho. Se não me engano na lei está até R\$200 milhões de reais. No processo, a STN pediu uma pequena modificação na lei, que veio para cá e foi autorizada. E agora também ele foi distribuído. Os mesmos R\$200 milhões que foram solicitados em junho, eles serão distribuídos entre duas instituições financeiras, R\$150 milhões para o Banco do Brasil e mais R\$50 milhões para a Caixa Econômica. Para que haja transparência, a lei foi editada novamente, foi autorizada, dando transparência a qual instituição financeira é que vai disponibilizar os recursos para o município. Então, 150 Banco do Brasil e 50 milhões pela Caixa Econômica Federal. Vereador Fábio dos Santos Lopes (Dr. Fábio Lopes) – Só para complementar. Essa legislação que veio é uma alteração da legislação anterior, não é uma nova legislação. Na época nós fizemos uma autorização de R\$200 milhões, porque seria 150 para o Banco do Brasil e 50 para a Caixa Econômica Federal. O Banco do Brasil disse que não poderia ser dessa forma, precisaria ser uma legislação específica, fizemos a alteração com o desmembramento, ficou uma legislação de 150 para o Banco do Brasil e uma legislação de 50 para a Caixa Econômica, mas como alteração da lei, então como uma nova legislação. Então essa lei que nós aprovamos na terça-feira foi uma alteração do processo anterior apenas para o desmembramento. Presidente Evilasio Santana Santos (Bahia) – Mais alguém da plateia quer fazer alguma pergunta? Sem mais perguntas então, queria agradecer aqui a presença de todos, a presença da Valéria, da Roberta, da Roseane e dos Vereadores Fábio dos Santos Lopes (Dr. Fábio Lopes), Daniel Buissa Perfi Gomes (Daniel Buissa) e Edilson Elias dos Santos



(Edilson Santos). Nada mais havendo a tratar, às onze horas e quarenta e quatro minutos, é encerrada a reunião, da qual, eu, Adriana Montealto Carneiro, Técnica Legislativa em Taquigrafia, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme, segue assinada pelos Vereadores presentes à Audiência, bem como pelos integrantes da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Santo André.

EVILASIO SANTANA SANTOS (BAHIA)
Vereador - Presidente da Audiência

DANIEL BUISSA PERFI GOMES (DANIEL BUISSA)
Vereador

EDILSON ELIAS DOS SANTOS (EDILSON SANTOS)
Vereador

FÁBIO DOS SANTOS LOPES (DR. FÁBIO LOPES)
Vereador

VALÉRIA ROMERA MARCELINO
Secretária Adjunta de Administração
e Finanças da PMSA

APARECIDA ROSEANE PEREIRA ZABISKY
Diretora do Departamento Econômico-Financeiro
da Secretaria de Administração e Finanças da PMSA

ROBERTA ADÃO
Gerente de Contabilidade da Secretaria de
Administração e Finanças da PMSA

